



Apontamentos sobre a imigração de portugueses ao Brasil: comparativo entre Pará e São Paulo, e seus respectivos fluxos de “espontâneos e subsidiados” (1882-1918)

Andrea Caroliny da Costa Tavares

Universidade Federal do Pará/Secretaria de Educação de Belém

andreatavares23@hotmail.com

A segunda metade do século XIX foi qualificada por Erick Hobsbawn como o período de maior migração de povos da terra, ao considerar o êxodo rural às cidades industriais, a transposição demográfica entre os oceanos, a ocupação das fronteiras em função das reconfigurações espaciais, e outros procedimentos que reformularam caracterizações geográficas e populacionais (1996, p. 271-282).

Neste contexto, as crescentes economias americanas – entre elas o Brasil – se beneficiaram do expressivo êxodo demográfico europeu, com destaque a Portugal. A emigração maciça desse período, embora previamente pensada como temporária por grande parte dos emigrantes, se caracterizou pelo não retorno definitivo, já que a maior parte deles se manteve em condições modestas que proporcionavam esporádicos ou nulos intervalos de visitas a terra natal.

Entre uma decisão pessoal e/ou familiar, emigrar de Portugal ao Brasil, para muitos, foi uma fórmula rápida de solucionar males que ganhavam espaço nas crescentes nações industriais, como o desemprego, a ampliação dos domínios capitalistas sobre estruturas tradicionais de organização socioeconômica, a defasagem do manual frente a mecanização, o esgotamento da cultura e propriedades rurais, entre outras problemáticas que, para muitos, poderiam ser amenizadas ou resolvidas com a emigração.

Neste momento, o “fazer a América” a partir da economia brasileira estava, em grande medida, atrelado aos setores agrícola e comercial. No eixo São Paulo e Rio de Janeiro vivia-se às voltas com as exportações de café, e ao norte, no Pará, o auge da economia extrativa da borracha, com a capital Belém “respirando a modernidade” sob o mito da *“Belle Époque”*. Ambos os produtos fomentando a modernização dos espaços de vivenda, novos instrumentos de capitais, ampliação da rede comercial, incremento nos transportes, liquidez econômica e reformulação dos símbolos de riqueza.



A decisão de quando e como partir de Portugal ao Brasil também se alinhava aos suportes jurídicos brasileiros à imigração que, apesar de pensados com um caráter nacional, puderam ser manipulados e adaptados a cada região. E manejados conforme os interesses locais, potencialmente fomentaram condutas migratórias distintas, entre uma ampla política subsidiada à imigração – com destaque ao eixo Sudeste –, e outra impactada pela espontaneidade dos fluxos – como inferimos na região amazônica, onde Belém concentrou o maior contingente de imigrantes, com portugueses, seguidos dos espanhóis, compondo os grupos étnicos mais expressivos (CANCELA, 2011, p. 99).

Nosso objetivo é apresentar uma faceta da imigração portuguesa ao Brasil com foco na região paraense, analisando como as diferentes aplicações da “política nacional de imigração” puderam impactar a ocorrência de tipos distintos de imigração ao Brasil, a partir de um esboço comparativo entre a região paulista e a paraense. Aquela, potencialmente, com uma imigração maior de subsidiados, e este com a predominância de espontâneos. Observamos também o perfil dos portugueses ingressos ao Pará a partir dos registros de passaporte emitidos pelo Governo Civil de Aveiro entre os anos de 1882 e 1918, que contabilizam 71.696 pedidos nomeando o “Brasil” como destino, dos quais 13.680 citavam ao Pará “como fim”.

Legislações e motivações à emigração, entre São Paulo e o Pará

Importante pensarmos que as jurisdições sobre a imigração em território nacional – a partir da independência – foram elaboradas, em grande medida, em função da ascensão das elites políticas e econômicas do Sudeste, ocupantes dos principais cargos do governo central. Conforme esse agrupamento se inseria nos espaços econômicos globais e modernizava suas estruturas, sobretudo com uso da mão de obra livre, a imigração para povoamento, exploração do território e lavoura ganhava fôlego.

No Brasil independente o controle e incentivo a entrada de estrangeiros seguiram tutelados pelo Estado, que pela Lei de 20 de outubro de 1823, deu forma aos Governos Provinciais, estabelecendo entre seus objetivos a colonização sustentada nos estrangeiros¹. Reforçando esse controle o Decreto de 2 de dezembro de 1825 estabeleceu

¹ Lei de 20 de outubro de 1823. Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 10.



um plano comum de colonização à todas as províncias², mas o que poderia indicar homogeneidade na política nacional de imigração configurou-se em uma diretriz sem grande impacto sobre províncias distantes do Centro-Sul, como o Pará, cujos dirigentes criticavam a desatenção do governo central sobre o desenvolvimento local.

Foi com a interrupção do tráfico transatlântico pela Lei Eusébio de Queiroz em 1850 que os projetos de estímulo à chegada de imigrantes se acirraram. A suposta falta de fontes alternativas ao suprimento de trabalhadores no próprio país fez com que cafeicultores paulistas importassem trabalhadores europeus, dando início a uma série de permutas entre a mão de obra cativa pela livre (COSTA, 1989, p. 111). Um movimento que objetivava a “importação de emigrantes morigerados, agricultores e industriais que espontânea ou subsidiadamente quisessem vir para o Império”³.

Na década posterior a Eusébio de Queiroz, o governo central promoveria a regulamentação e uniformização da criação de colônias agrícolas em território nacional, atendendo a questões sobre sua fundação, administração, recepção e estabelecimento dos colonos⁴, estruturas que incentivaram e formalizaram a contratação de numerosos trabalhadores sob a justificativa de ocupar terras devolutas, desenvolver técnicas agrícolas com os saberes europeus e equilibrar a agricultura regional. Na mesma década se autorizava o funcionamento da Sociedade Internacional de Imigração, no Rio de Janeiro, cabendo a ela facilitar o estabelecimento dos imigrantes em território nacional; livrá-los de possíveis embargos; intermediar a relação destes com autoridades e representá-los legalmente em tribunais; acompanhar o planejamento dos núcleos coloniais em todo o território; e remover os entraves da imigração ao Brasil⁵.

As incitações à imigração dirigida de famílias rurais às colônias agrícolas agiram, inicialmente, com ingresso de alemães prometidos ao sul do Brasil. Depois algumas centenas de trabalhadores asiáticos, os *coolies* (QUEIROZ, 2005, p.83). Também os italianos que fizeram de São Paulo seu principal reduto (TRUZZI, 2016, p. 21-23).

² Decreto de 2 de dezembro de 1825. Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 92.

³ Decreto n. 1584 de 2 de abril de 1855. Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, pp. 311-313.

⁴ Decreto n. 3784 de 19 de janeiro de 1867. Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

⁵ Decreto n. 3628 de 16 de março de 1866. Collecção das leis do Império do Brazil, 1822-1889. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.



Findada a escravidão e proclamada a República, um novo decreto de 28 de junho de 1890, reformulava as leis de imigração, aprovando a instalação de núcleos coloniais em propriedades particulares e terras – antes devolutas – adquiridas, e definia quem eram os imigrantes indesejáveis pelo governo, a saber: indígenas, asiáticos e africanos, cujo desembarque deveria ser autorizado pelo Congresso Nacional⁶.

Ao longo destas políticas, os portugueses sempre foram contínuos, formando – segundo Miriam Pereira – entre 1860 até pelo menos 1885, a única grande corrente imigratória europeia ao Brasil (2002, p. 29). Maria Izilda corrobora esta afirmação ao contabilizar a entrada de portugueses na faixa dos 1,9 milhões de sujeitos (1822-1950), presentes em praticamente todo o território brasileiro (MATOS, 2013, p. 34). Eram agora estrangeiros em um Brasil em desenvolvimento, com diferentes vetores de encorajamento a viagem, como a língua, a cultura, religiosidade, hábitos e, sobretudo, a ampla e forte rede de relacionamentos pessoais e profissionais anteriores a emigração.

Aportando no Brasil, o destino do imigrante, geralmente, dependia de como este havia realizado a viagem: os subsidiados poderiam ser encaminhados às lavouras; se espontâneos, eram livres para escolher entre os grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, ou os emergentes como o Pará, com promessas de ocupação no setor terciário da economia. Em áreas, porém, em que as políticas de subsídio a vinda de imigrantes, com destaque aos portugueses, mostraram-se incipientes, é possível ajuizarmos que a espontaneidade dos fluxos predominava, sustentada por redes de sociabilidade preestabelecidas, entre parentes, conterrâneos ou colegas de trabalho, responsáveis pela inserção social no novo destino.

Neste conjunto, São Paulo e o Pará, espaços centrais no desenvolvimento de suas macrorregiões, encararam distintamente as normativas da imigração formuladas pelo Governo Central, adequando-as às suas realidades, e incitando, potencialmente, comportamentos migratórios diferenciados.

São Paulo: famílias subsidiadas à lavoura

Se entendemos que as regulamentações do Governo Central, quanto aos imigrantes, confundiam-se constantemente com os interesses das elites do Sudeste

⁶ Decreto n. 528 de 28 de junho de 1890.



cafeeiro, é quase impraticável dissociarmos os interesses particulares destes que controlavam o produto de maior exportação – o café – e a criação e legitimação de políticas imigratórias que, a priori, sanassem suas necessidades.

A preferência paulista por europeus se materializou de diferentes formas. Uma delas foi a renovação de acordos entre a Associação de Emigração e Colonização de São Paulo (1871) e agentes particulares para a introdução de 15 mil imigrantes, preferencialmente do norte europeu (GONÇALVES, 2008, p. 144).

Junto a demanda por trabalhadores e a necessidade de organizar e redirecionar os estrangeiros já ingressos, criaram-se diferentes instituições, dentre as mais significativas esteve a Sociedade Promotora de Imigração (1886-1894), órgão privado constituído para gerir e administrar a verba pública à imigração. Foi ela que introduziu o maior número de imigrantes de todo Império: em 1887, entraram 32 mil imigrantes; 1888, 92 mil e 1889 até início do XX o total foi de 750 mil imigrantes, sendo que, deste número, 58% foram subsidiados pelo Estado (HOLLOWAY, 1984). A instituição, fundada pelos incentivos do Presidente da Província João Alfredo, objetivava “difundir, propagandear, atrair e recrutar trabalhadores na Europa, estabelecendo e racionalizando os custos de tal empreitada”.

Entre as vantagens de emigrar à São Paulo, eram propagandeadas a gratuidade dos transportes ferroviários, hospedagem, alimentação e tratamento médico aos engajados, os quais deveriam obedecer a critérios de idade, gênero, estrutura familiar e ofício. Os auxílios eram restritos aos solteiros, aos que demonstrassem interesse em outras áreas além da região paulista, e aos que já tivessem recebido passagem ao Brasil, mas haviam retornado (MATOS, 2013, p. 60-61).

A Sociedade materializou a especificidade da política paulista à imigração, cujas iniciativas buscavam agregar, sobretudo, mão de obra ao ambiente rural. Para Kátia Petri, a política foi estruturada sobre práticas de subvenção, na qual seria o poder público o responsável em financiar todos os processos em torno da vinda de estrangeiros ao Brasil, dando maior destaque a região paulista. O projeto da Sociedade Promotora era claro ao buscar “braços a lavoura” (2009, p. 2-6).

Quanto a imbricada relação entre a elite paulista e o esqueleto político imperial, Thomas Holloway define que

“O governo de São Paulo era ele mesmo o instrumento dos fazendeiros de café. A elite paulista não via a Sociedade Promotora como um grupo de



interesse privado usando subsídios estatais para benefício exclusivo de um segmento restrito do corpo político. Pelo contrário, era uma extensão do ramo executivo, um aparelho administrativo especial,” (1984, p. 7).

Portanto, a Sociedade Promotora de Imigração se apresentava como um órgão sob demandas particulares, recebedora de incentivos estatais e que, ao mesmo tempo, impedia a descapitalização dos cafeicultores paulistas. Apresentando-se como uma sociedade civil, fundada por importantes produtores de café e financiada pelo cofre provincial, os repasses adiantados forçavam-na a compor, preferencialmente, seus fluxos com famílias completas de imigrantes, a fim de se evitar a reemigração e a perda de investimentos. O Estado tornava-se, assim, o principal cliente da instituição (SANTOS, 2007, p. 1). Nessa estruturação, os patronos da imigração impuseram sua proposta, defensora de uma política de imigração em massa, contínua, familiar e subsidiada, mantida até 1927, quando foi cerceada pelo governo de Júlio Prestes (MATOS, 2013, p.62).

A recepção dos indivíduos ficou a cargo de diferentes instituições, sobretudo as hospedarias, receptoras e prestadoras de serviços básicos de acomodação e alimentação. No Sudeste podemos destacar a Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, a Hospedaria de Imigrantes de Campinas, e a Hospedaria da Ilha das Flores (KUSHNIR, 2008, p. 60).

Outro formato de financiamento aos estrangeiros, de cunho particular, foi o regime de parceria, que em São Paulo teve destaque com o senador Nicolau Vergueiro. O princípio básico desse sistema era o endividamento do trabalhador anterior a saída, estabelecendo uma relação de dependência entre o imigrante e seu empregador (GONÇALVES, 2008, p. 14).

Não podemos, porém, ignorar os volumes importantes de imigrantes – especialmente portugueses – vindos de forma espontânea, e instalados na região paulista muito antes da fase de expansão cafeeira. A priori, de tendência masculina, jovem e solteira, a imigração portuguesa a São Paulo viu este perfil ser alterado ao final dos oitocentos, quando o caráter masculino e “solitário” dividiu espaço com a presença feminina, que na primeira década do século XX, representou mais de 25% das entradas, e no início da segunda década oscilou entre 35% e 40% (MATOS, 2013, p. 20-49). Os ingressos de forma espontânea articularam sua inserção local através dos canais não oficiais de receptividade, constituindo “redes de recepção e acolhimento”, que ampliavam as probabilidades de obter emprego em atividades urbanas (MATOS, 2013, p. 79).



Ainda assim, a região paulista foi a que mais recebeu incrementos financeiros à contratação de imigrantes – também devido ao apelo rural de suas colônias agrícolas – exercendo hegemonia sobre as demais áreas, principalmente pelas origens locais dos membros do governo central, que procuravam manter seus interesses ativos, numa forma de governo centralizada e dominante, que refletia na divisão desigual entre as províncias dos financiamentos à contratação de estrangeiros, perpetuando um discurso em torno do imigrante como valioso agente no enriquecimento do Sudeste (MONBEIG, 1984, p. 156-157).

Portugueses no Pará: espontâneos e “aventureiros”

Na segunda metade do século XIX o incremento de estrangeiros ao Pará apoiou-se nos discursos de povoar o “vazio”, abastecer a economia local com trabalhadores livres, e maximizar a produção agrícola. Estas entradas, a priori, deveriam ser dirigidas, aos moldes da subvenção do Sudeste, priorizando agricultores e artesãos, em detrimento de aventureiros que buscavam fixar-se nos centros urbanos (EMMI, 2010, p. 10).

No entanto, ao contrário do cenário paulista, a política paraense de imigração foi deficiente em vários aspectos, começando pelas distintas posturas do governo provincial, e depois estadual, que por estarem amparadas em interesses particulares a cada novo mandato, excluía qualquer uniformidade nas diretrizes sobre a imigração, constituindo o que Francivaldo Nunes denominou de “questão específica à Amazônia” (2016, p. 263). Ainda, a política local demonstrou-se pouco ampla, quiçá pela precária influência que o Pará exercia junto ao Governo Central para o incremento de subvenções de estrangeiros, como era feito em São Paulo (FONTES, 2002, p. 9). Mesmo com a borracha demarcando importante lugar na exportação nacional, esta deficiente influência levou o Presidente da Província Tristão de Alencar, em 1886, pedir ao “paternal governo” que auxiliasse a imigração à província, não mais com promessas de novos territórios, pois não era de terras que se precisava, mas sim das “migalhas dos avultados dispêndios que a este título desde largos anos fazia em São Paulo, no Paraná, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul”⁷.

⁷ BNDB, *Diário de Belém*, 21 de março de 1886, edição nº 64, página 2.



Embora existisse essa responsabilização ao Governo Central pelo deficiente apoio ao desenvolvimento regional e ao incremento de estrangeiros na Amazônia, Bárbara Weinstein destaca que entre a elite local havia pouco interesse em torno do desenvolvimento agrícola atrelado aos estrangeiros, haja vista que seus negócios se assentavam na extração da borracha e, conforme essa mesma elite se confundia com a comunidade mercantil, o entusiasmo com a agricultura e as animosidades às críticas de supervalorização do extrativismo, tornaram-se pouco atraentes (1993, p. 125).

Apesar disto, a busca em ocupar a costa paraense para o desenvolvimento da agricultura e piscicultura, solicitou diferentes incentivos à contratação de corpos de trabalhadores, que ganharam fôlego quando o governo local tomara a frente dos contratos. Todavia, as tentativas em desenvolver a agricultura foram marcadas por distintos insucessos, entre colonos que se recusavam a desembarcar ao ver as precárias estruturas a eles destinadas, propagandas enganosas, contratos assinados e revogados devido a cláusulas abusivas, entre outros limites (LACERDA, 2010, p. 306). Nessas experiências de colonização dirigida, fracassadas ou não, a presença portuguesa se mostrou pouco expressiva em comparação a outras nacionalidades, como a espanhola. Os portugueses no Pará reforçaram os movimentos espontâneos, apoiados por familiares e conhecidos, junto a ampla oferta de transportes nos circuitos à Amazônia.

Ao longo da segunda metade do século XIX foram comuns as queixas em relatórios provinciais a respeito das dificuldades de manutenção das colônias agrícolas com estrangeiros. O relatório do Presidente Ambrósio Leitão da Cunha insistia em desconsiderar o estabelecimento de colônias de estrangeiros, pois eram inaptos ao ambiente, a exploração e derrubada da mata. Vinham sem a menor ideia de semelhante trabalho, e muitos, embora viessem sob contratos, teciam por fora destes a aquisição de “lucros fabulosos em qualquer indústria que lhes abracem” deixando no esquecimento os penosos trabalhos nas matas⁸.

Em resposta às instituições criadas no Sudeste para o ingresso de estrangeiros, o presidente da Província Tristão de Alencar anunciava em março de 1886, a instalação da

⁸ Relatório lido pelo exmo. sr vise-presidente da província Ambrósio Leitão da Cunha, na abertura da 1ª sessão ordinária da XI legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1858. Pará, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1858, p. 30.



Sociedade Paraense de Imigração, que objetivava “encetar a colonização das nossas terras, fomentando a imigração estrangeira, que traria braços laboriosos”. Na mesma fala, Tristão de Alencar apresentou a autorização dada aos negociantes Calheiros & Oliveira para providenciarem a entrada de 25 a 30 famílias açorianas destinadas a ocuparem terrenos ao longo da Estrada de Ferro de Bragança. Já em junho do mesmo ano, chegaram 21 famílias, um total de 108 indivíduos que, ao invés dos Açores, eram naturais da Ilha da Madeira, levadas ao núcleo agrícola “Araripe”. Lá chegando, os madeirenses recusaram-se a desembarcar por não ter a área condição alguma de os receber, já que

“as pequenas casas, pertencentes aos lotes de terra demarcadas, não estavam acabadas e apenas cobertas; o galpão em estado imperfeito. Nem poços de água potável, parcialmente, para suprimento dos imigrantes existiam, e os que se abriram não satisfazem”⁹.

O periodista do *Diário de Belém*, porém, culpou a comissão receptora subordinada a Sociedade de Imigração pela recusa dos ilhéus, pois ao invés de encaminhar os portugueses, logo da chegada ao interior, a comissão deixou com que passassem um dia e duas noites na capital, tempo suficiente para que “cheirassem a cidade, ouvissem aos amigos e ganhassem medo às nossas florestas e répteis”¹⁰. Apesar de infeliz ao ignorar o mau estado das estruturas em Araripe, a fala do periodista é importante por indicar a relevância que os contatos, as interações, as redes sociais estabelecidas na cidade, algumas possivelmente anteriores a viagem, tinham na recepção e acomodação dos recém-chegados. A imigração que, mesmo subsidiada, tinha na liberdade individual a destreza das escolhas.

Belém também contou com uma estrutura de hospedaria aos imigrantes, a Hospedaria de Outeiro, na Ilha de Caratateua (CARVALHO, 2014, p.198). Antônio Carvalho acrescenta que o estudo das entradas de imigrantes na hospedaria apresenta “lacunas abissais” pelo modo precário em que os documentos da instituição se encontram. Mas, a partir da análise de um códice, uma espécie de mapa estatístico das entradas, algumas pistas podem ser tiradas. Segundo estes registros, em junho de 1900 a hospedaria recebera 567 imigrantes, dos quais apenas 8 eram portugueses, os restantes espanhóis

⁹ Fala com que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 20 de novembro de 1886. Pará, Tipografia do Diário de Notícias, 1887, pp. 51- 54.

¹⁰ BNDB, *Diário de Belém*, edição 130, de 11 de junho de 1886, p. 2.



entrados de forma subsidiada, característica que, segundo o referido autor, era igual a todos os espanhóis chegados a Outeiro, corroborando a hipótese – que também sustentamos – de que os portugueses mantiveram uma imigração “não subvencionada”, sustentada por uma “rede de imigração parental”, que fazia com que desembarcassem diretamente à Belém, ao invés de passarem pela hospedaria (2014, p. 207-208).

Os governos republicanos não realizaram mudanças significativas na pretendida política local de imigração. No ano de 1895 o governador Lauro Sodré criara mais 10 núcleos coloniais em zonas próximas a Belém na intenção de que as produções abastecessem a cidade e arredores. Ainda, o Estado autorizava a “imigração luso-espanhola”, uma série de articulações que em 10 anos deveriam inserir no Pará 100 mil imigrantes. Porém, como as iniciativas de seus anteriores, a introdução subsidiada não obteve êxito, alcançando a entrada de pouco mais de 13 mil imigrantes, a maioria espanhóis (EMMI, 2013, p. 41).

Em 1898, Paes de Carvalho diante da “situação desoladora” dos acordos firmados e malogrados, decidiu anular todos os contratos patrocinados pelo Estado, justificando ser “impatriótica” a preferência por estrangeiros na ocupação e exploração regional, deslocando seu centro de interesse à colonização por nacionais. Finalmente, em 1902, com Augusto Montenegro temos a emancipação das colônias agrícolas, e a revogação de todo suporte à colonização. A medida foi justificada pela queda “violenta do preço da borracha e ao conseqüente déficit orçamentário” (WEINSTEIN, 1993, p. 148).

Percebemos, por tudo isso, que, embora a imigração estrangeira subvencionada fosse um projeto importante ao desenvolvimento da Amazônia – na concepção de alguns –, a concretude de suas demandas não pareceu ser encarada com a seriedade solicitada, com destaque à elite local, ocupada, sobretudo, no extrativismo do látex e na rede de serviços ligada a ele. A imigração à essa elite era entendida como um projeto auxiliar a economia principal, cuja produção deveria preencher os vácuos na agricultura para subsistência da capital.

Assim, com a deficiente entrada de imigrantes subsidiados ao Pará, entendemos que os expressivos quantitativos de entradas de portugueses, especialmente, se fizeram espontâneos, sustentadas em redes sociais, moderadas por familiares e agentes próximos, que os viam como empreendedores em uma sociedade em transformação.



Portugueses no Pará: o caso dos aveirenses entre 1882 e 1918

Aveiro esteve entre os distritos com “tradição” em migrar. Nessa faixa litorânea as práticas agrícolas e a pesca mantinham grande parte da população, e compartilhavam problemas, entre eles o novo sistema de fertilização do solo com adubos químicos; a mecanização da pesca por grandes companhias; e as dificuldades fundiárias devido ao inchaço populacional. Estas questões estruturais somadas as demandas pessoais, fomentaram uma emigração constante e numerosa ao Brasil, e nele o Pará esteve entre os destinos preferenciais.

Colocadas em um panorama nacional, as entradas ao Pará de aveirenses mostram-se representativas, confirmando a importância deste na esfera migratória, impulsionada por diferentes fatores, entre eles a dinamização socioeconômica advinda com a borracha, e os arranjos familiares e de confiança há muito conhecidos desde o século XVII quando se introduz casais de açorianos na região (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 62-63). Sobre esses arranjos, um caso expressivo foi da família “Fernandes Rendeiro”, naturais do conselho de Estarreja, cujos membros podem ser encontrados em 120 registros de passaportes, entre 1882 e 1918. Os apontamentos da família distinguem dois setores principais de atuação econômica dos membros: o primário, entre pescadores e moliceiros, e o terciário com comerciantes. Em geral, o Rio de Janeiro concentrou os fluxos ao longo dos anos (29.819). Em segundo lugar o Pará (13.680), seguido de São Paulo (8.581), Rio Grande do Sul (3.471) e indeterminados (11.862)¹¹.

O Pará, a partir da década de 1890, vivera o *boom* no extrativismo do látex, com preços vultuosos no mercado internacional e com grande injeção de capitais, até as crises ao longo na década de 1910. Essa fase de significativa injeção de capitais e modernização nos setores produtivos foi acompanhada pelas oscilações nas entradas de aveirenses. Entre a fase de ascensão da borracha e o início das crises, 11.435 aveirenses chegaram ao Pará, cerca de 83% do fluxo total de 13.680.

¹¹ ADAVR - Livros de Registro de Passaporte do Distrito de Aveiro (1882-1918).



O gênero da imigração acompanhou a tendência nacional, cuja predominância masculina resultou, entre outros aspectos, das configurações jurídicas sobre as mulheres dependentes da figura masculina para viajar. Ao longo dos trinta e sete anos analisados a média encontrada foi de cinquenta homens para cada mulher. Se diluirmos as saídas femininas entre os intervalos etários, veremos que 92% das viagens ocorreram entre os 15 e 49 anos, intervalo possivelmente marcado pelo casamento, viuvez ou pela independência pessoal e financeira.

Sobre a disposição etária geral dos titulares de passaporte, é importante entendê-la também como resposta às diferentes imposições jurídicas sobre os mancebos em idade militar, já que a obrigatoriedade do serviço forçava os mesmos à emigração precoce, a fim de fugirem das fianças e multas pelas deserções (ALVES, 1993, p. 84). O intervalo entre os 15 e os 19 anos era marcado por uma reduzida procura pela migração, devido a exigência em pagar a fiança à liberação do jovem, ainda sim localizamos 901 passaportes neste intervalo. Para burlar estes limites, algumas famílias enviavam os filhos cada vez mais novos (ALVES, 1993, p. 84), por isso notamos um expressivo número de saídas entre os 10 e 14 anos (880). Com a emancipação e comprovação de livrarem-se dos serviços militares, os níveis de emigrados aumentam a partir dos 20 anos de idade, prolongando-se até os 39, com 4.854 registros, intervalo considerado mais produtivo.

A alfabetização também representava um elemento importante à inserção profissional dos imigrantes, já que o saber ler e escrever era um requisito mínimo para que o sucesso na emigração fosse possível, haja vista as exigências que os mercados em desenvolvimento demandavam, diferenciando o imigrante da massa de trabalhadores recém-saída da escravidão (ALVES, 1993, p. 249). O maior percentual de aveirenses alfabetizados estava entre os 15 e os 39 anos (7.525), 55% do total das entradas.

Quanto a ocupação, temos em maior escala emigrados do setor primário (5.813), seguido do terciário (5.100) e secundário (2.073). Apenas 694 titulares não declararam ocupação. Em números absolutos, os agricultores mantiveram altos índices de reemigração, com 925 passaportes registrando duas a três viagens. Podemos pensar essa movimentação relacionada ao intervalo entre as culturas. Os sujeitos ociosos até a colheita buscavam além-mar oportunidades temporárias de trabalho. Por outro lado, em percentuais, os pescadores sustentaram os maiores índices de reemigração, corroborando



a sua classificação como agentes de alta mobilidade, potencialmente motivados pelas intempéries em suas comunidades de origem, e as oportunidades no litoral paraense.

A respeito do setor terciário, muitos vislumbravam a ascensão social nas atividades comerciais, e para isso muitas famílias preparavam os rapazes para este fim, com alfabetização básica e noções de contabilidade, especialmente àqueles inclinados a atividade caixeral, muito solicitada no Pará ao longo da segunda metade do XIX e início do XX, quando a borracha teve seu auge. Neste intervalo Belém viu o surgimento de inúmeras firmas, de todos os gêneros imagináveis, a ascensão do comércio urbano e sua expansão aos interiores, garantindo aos cofres públicos e particulares grandes rentabilidades.

Entre os integrantes dos comerciários se destacam os comerciantes (390), caixeiros (301), negociantes (524) e empregados no comércio (244), atividades que igualmente demandavam mobilidades espaciais, embora condicionadas as demandas de cada função, recaindo, geralmente, aos caixeiros a condição de viajante das firmas. Porém, o agrupamento “comércio” – com 1.490 registros – não representa o de maior ocupação entre os aveirenses, mas sim o ajuntamento “transporte” com 1.832 passaportes. Esmiuçando este grupo, temos que 1.778 dos indivíduos atuando no transporte marítimo, entre barqueiros, catraieiros, fragateiros, moliceiros, mercantéis e marítimos¹². Atividades relacionadas ao perfil marítimo de Aveiro e possivelmente bem adaptadas a condição litorânea do Pará.

Por fim, quanto ao setor secundário predominam os carpinteiros (646), os alfaiates (280) e padeiros (275), este último ofício muito característico dos portugueses em Belém.

Sobre a condição civil, os registros de Aveiro demonstram equilíbrio entre os casados (6.961) e solteiros (6.488). Entre os solteiros (homens e mulheres) 90 passaportes foram coletivos, dos quais 56 são incluem os irmãos, a maioria menores de 21 anos. Ainda sobre os solteiros, destacamos as mulheres que migraram com os filhos (12), movimento que pode, além das agências pessoais, e a questão econômica, agregar atributos moralizantes.

¹² Categoria genérica que pode aglutinar todas as outras citadas.



Aos casados uma ligeira superioridade intriga se considerarmos que os perfis já construídos sobre a imigração portuguesa mostram – em sua maioria – este grupo abaixo dos solteiros, no entanto, como os passaportes demarcam também as reemigrações, ponderamos que a ligeira diferença entre eles se justifique pela constante movimentação entre os territórios ao longo das distintas etapas de vida. A emigração familiar está presente em 112 passaportes, sem indicações de subsídio, ou abatimento de valores, nada que indique a vinda auxiliada. Segundo Joaquim Leite, partir com toda a família seria uma resposta drástica a situações extremas, sobretudo as de cunho econômico, em que o regresso não fazia parte das projeções futuras (2000, p. 194). Entre os 112 titulares de passaporte coletivos, 80 já haviam realizado a viagem ao Pará ao menos uma vez, podendo indicar e reforçar a ideia de que o pai, o provedor, migra por primeiro, consegue acumular um capital suficiente e traz para junto de si os membros restantes da família.

Por fim, gostaríamos de mirar 27 viúvas emigradas, das quais 15 viajaram na companhia dos filhos. Concentrando a idade dos filhos entre zero e 10 anos, os registros das viúvas apontam a partida prematura do marido, deixando-as em difíceis condições de manutenção. Nestas qualidades, quase sempre eram amparadas pela rede familiar ou de vizinhança a fim de suprir as primeiras necessidades, mas logo passado o luto, articulavam meios à manutenção da casa, especialmente aquelas dos extratos sociais mais baixos. Entre as viúvas, 15 eram prestadoras de serviços domésticos e de costuras, com uma média de idade em torno dos 34 anos. Habilidades bem quistas em Belém, quando eram comuns em anúncios notas de “preferência” por mulheres de origem portuguesa para se empregarem nas residências, como criadas, amas de leite, cozinheiras e costureiras (FONTES, 2002, p. 177-180).

Considerações Finais

Buscamos neste trabalho apresentar uma pequena parcela da riqueza e complexidade que envolve o processo imigratório de portugueses ao Pará, com foco naqueles naturais do distrito de Aveiro, pouco conhecidos da literatura local, acessados a partir de um conjunto documental ainda pouco utilizado para o estudo dessa imigração na Amazônia: os registros de passaportes.



Era sabido que para cá a borracha havia atraído um expressivo contingente de portugueses, mas o comparativo entre a representatividade desse fluxo frente aqueles dirigidos aos grandes centros econômicos do Sudeste, por exemplo, ainda era limitado. Com os passaportes, portanto, não apenas construímos um perfil dessa imigração com marcadores de gênero, idade, alfabetização, ocupação e condição civil. Também destacamos a representatividade dos fluxos ao Pará frente a destinos consagrados da historiografia como preferenciais. Colocar o Pará – a partir de Aveiro – em proximidade quantitativa a imigração nos grandes centros, nomeadamente São Paulo e Rio de Janeiro, é dar um importante passo à construção e revisão de uma historiografia que durante décadas cerrou os olhares sobre regiões mais distantes do eixo sul-sudeste.

As facetas dos portugueses no Pará aqui apresentadas, portanto, reforçam não apenas a riqueza dos estudos migratórios à região, exibem o rico mosaico que constantemente demanda novas peças, em um contínuo processo de bricolagem sobre a história das populações na Amazônia.

Referências

ALVES, Jorge Fernandes. Lógicas migratórias no Porto oitocentista. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da[at.eat]. *Emigração/Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional Emigração/Imigração em Portugal(séc.XIX e XX). Lisboa: Fragmentos, 1993.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. (Dissertação). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém, 1871-1920)*. Belém: Ed. Açai, 2011.

CARVALHO, Marcos. A hospedaria de imigrantes do Outeiro em Belém do Pará: um mosaico em construção. In: SOUSA, Fernando de [et. all]. *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*, Porto/CEPESE, 2014, pp. 198-217.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai, 2010.

COSTA, Emilia Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.



EMMI, Marília Ferreira. *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG.

EMMI, Marília Ferreira. *Um século de migrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: NAEA, 2013.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. *Preferem-se portugueses (as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. (Tese de Doutorado). São Paulo, Unicamp, 2002.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de braços: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Presença portuguesa no Brasil: uma abordagem histórica dos conceitos de colono, imigrante e emigrante. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (orgs.). *Deslocamentos e Histórias: desafios territoriais e tensões*. São Paulo: e-Manuscrito: PIPEq, 2018, p. 41-66.

HOBBSAWM, Erick J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KUSHNIR, Beatriz. A Hospedaria Central: a Ilha das Flores como ante-sala do Paraíso. In: MATOS, Maria Izilda S. de [at. eat]. *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008.

LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Belém: Ed. Açaí, 2010.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. 2.ed. São Paulo: Editora da USP, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo séculos XIX e XX*. Bauru, SP: Edusc, 2013.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao norte do império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.



PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. São Paulo: EDUSC/ Portugal/Instituto Camões, 2002.

PETRI, Kátia Cristina. “Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. n. 3-4, ano 2009/2010.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

SANTOS, Iverson Poletto. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886 -1895. *Histórica- Revista online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. nº 25, ano 3, setembro de 2007, pp.10-16.

TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)*. 1º ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2016.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.